

Extensão e Comunicação Rural

Infraestrutura dos serviços de assistência técnica e extensão rural no estado de São Paulo: o caso do Vale do Ribeira

Infrastructure of the technical assistance and rural extension services in São Paulo state: the Vale do Ribeira case

Nilton Pereira dos Santos¹ , Eduardo Avanczi Dionisio¹ 

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo^{IFRR}, SP, Brasil

RESUMO

O Vale do Ribeira Paulista (VRP) é uma das regiões mais pobres do estado de São Paulo e concentra algumas das cidades com os menores índices de desenvolvimento humano. Essa região caracteriza-se pela agricultura familiar e pobreza rural persistente, contrastando com a agricultura empresarial predominante no restante do estado. O objetivo do artigo é analisar a infraestrutura pública de assistência técnica e extensão rural na região. Uma vez que serviços de assistência técnica e extensão rural objetivam promover o desenvolvimento socioeconômico através da melhoria dos processos produtivos e renda dos agricultores, neste artigo, a pergunta central é: a infraestrutura para assistência técnica no VRP é capaz de estimular o desenvolvimento socioeconômico da região? Os resultados desse estudo mostraram a fragilidade da infraestrutura de assistência técnica no VRP, assim como a necessidade de revisão da política de extensão rural implementada pelo governo estadual.

Palavras-chave: Assistência técnica; Extensão rural; Vale do Ribeira

ABSTRACT

The Vale do Ribeira Paulista (VRP) is one of the poorest regions in the state of São Paulo and is home to some of the cities with the lowest human development indices. This region is characterized by family farming and persistent rural poverty, in contrast to the predominant corporate agriculture in the rest of the state. The objective of this article is to analyze the public infrastructure for technical assistance and rural extension in the region. Since technical assistance and rural extension services aim to promote socioeconomic development by improving farmers' production processes and income, the central question in this article is: Is the technical assistance infrastructure in the VRP capable of stimulating the region's socioeconomic development? The results of this study have revealed the fragility of the technical assistance infrastructure in the VRP, as well as the need for a revision of the rural extension policy implemented by the state government.

Keywords: Vale do Ribeira; Technical assistance; Rural extension

1 INTRODUÇÃO

A pobreza é um fenômeno complexo, subjetivo, de difícil mensuração e que apresenta dimensões econômicas, sociais e políticas (Azevedo; Burlandy, 2010), com características distintas para diversos grupos demográficos, tanto nas cidades e, sobretudo, no meio rural – onde vive mais da metade da população extremamente pobre dos países em desenvolvimento (Daniel, 2020). Estima-se que três a cada quatro pessoas em condição de pobreza morem em zonas rurais (Freitas; Silva, 2019).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no meio rural brasileiro há a prevalência da pequena propriedade familiar (77% dos estabelecimentos) (IBGE, 2017). Parte majoritária da renda desta parcela da população tem origem no trabalho (agrícola e não-agrícola) (70%), com pequena participação de pensões e aposentadorias, reforçando a importância de políticas públicas que possibilitem a elevação da renda no campo (Freitas; Silva, 2019). Para tal finalidade, destacam-se as políticas públicas de assistência técnica e extensão rural (ATER), com foco em agricultores e agricultoras familiares.

No Brasil, os serviços de ATER surgiram no final da década de 1940 com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) de Minas Gerais, sob influência do

empresário estadunidense Nelson Rockefeller. A ACAR foi estruturada adotando o modelo difusionista, pelo qual era oferecida assistência técnica e financeira aos produtores que adotassem os pacotes tecnológicos desenvolvidos por institutos de pesquisa agrícola. A extensão rural seria, portanto, a ponte entre os institutos de pesquisa (que geravam inovações para o campo) e os agricultores (Castro, 2015).

Nas décadas seguintes houve avanços e retrocessos na política de ATER praticada no país. Inicialmente, a partir dos anos de 1960, o foco das ações de ATER concentrou-se nos médios e grandes agricultores, aptos a adotar a tecnologia moderna oferecida pelas ações extensionistas, destinando aos pequenos agricultores uma fatia pequena do crédito agrícola e uma assistência técnica residual se comparada às propriedades de maior porte. Tal tendência se manteve nas décadas seguintes, mesmo após a criação, em 1974, da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) (extinta em 1990) (Caporal; Costabeber, 2004).

A extinção da EMBRATER ocorreu quando os grandes produtores agrícolas já não dependiam dos serviços públicos de ATER para inovar tecnologicamente no campo. Ao invés disso, contavam com a consultoria oferecida diretamente por empresas privadas. Se, por um lado, a ausência de uma instituição centralizadora da ATER impulsionou práticas inovadoras no campo por meio de ONGs e empresas de assistência técnicas (EMATER) municipais e estaduais, deixou bem clara a separação entre uma agricultura empresarial, que recorria à assistência técnica privada, e a agricultura de base familiar, cujo acesso a ATER quase sempre dependia do Estado (Dias, 2008).

Ao longo dos anos de 1990, com a atuação de grupos de pressão, a agricultura familiar passou a ocupar um espaço próprio na agenda nacional, resultando em políticas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996. Esse período também marcou o início de uma orientação dicotômica entre agricultura familiar e o agronegócio, o que resultou na criação, no ano 2000, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (com atuação voltada para os produtores familiares), ficando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) encarregado do agronegócio (Silva; Bergamasco; Souza-Esquerdo, 2019).

Durante o período 2003 – 2014 é possível afirmar que, apesar dos obstáculos encontrados, houve o fortalecimento das ações voltadas à assistência técnica para a agricultura familiar em âmbito federal, resultando na criação, em 2004, da política nacional de assistência técnica e extensão rural (PNATER), que ganharia lei específica em 2010 (Lei Federal n. 12188/2010) (Diesel; Dias; Neumann, 2015). Nos últimos anos, porém, houve retrocessos significativos nas políticas voltadas à agricultura familiar no país e a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 2016 (Bastos, 2016).

No Estado de São Paulo, a maior parte das ações de ATER pública ficaram a cargo da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), criada pelo decreto estadual n. 48133, de 20 de junho de 1967. O órgão manteve esta denominação até 2019, quando passou a se chamar Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS), através do Decreto Estadual nº 64.131, de 11 de março de 2019. Cerca de dois anos depois, e após a pressão de grupos ligados à agricultura familiar, o governo do Estado recriou a CATI através do Decreto Estadual n. 66417, de 30 de dezembro de 2021.

Serviços de ATER podem ser caracterizados como uma estratégia de desenvolvimento agrário que se dá através de processos educativos que visam à melhoria do padrão de vida das famílias assistidas, beneficiando os processos de gestão, produção e comercialização de produtos agropecuários (Silva; Bergamasco; Souza-ESquerdo, 2019). Embora a expressão “extensão rural” seja alvo de críticas, sendo apontada como uma atividade de caráter unidirecional, onde os saberes dos agentes extensionistas se sobreporiam aos conhecimentos dos agricultores (Freire, 1983), os serviços de ATER são importantes para o processo de inovação produtiva (Dias, 2008). São serviços essenciais para o desenvolvimento rural sustentável, melhoria nas condições de vida da população atendida, acesso a políticas públicas voltadas para o campo, e podem contribuir, efetivamente, para a elevação da renda das famílias assistidas.

Em trabalho que analisou o impacto dos serviços de ATER sobre a renda de agricultores e agricultoras familiares no Brasil, Rocha Junior *et al.* (2020) constataram um acréscimo na renda de R\$ 490,54 das famílias atendidas por ATER, em 2014, em comparação com produtores que não receberam o mesmo serviço. Freitas e Silva (2019) chegaram a conclusões semelhantes, confirmando o potencial da ATER para a elevação da renda dos produtores atendidos.

Partindo desse panorama, para o propósito desse estudo, o Vale do Ribeira Paulista (VRP) foi escolhido por apresentar um profundo contraste com o restante do estado de São Paulo, reunindo parte dos municípios paulistas com piores indicadores socioeconômicos e por ser uma região com presença marcante da agricultura familiar. Sabendo das dificuldades encontradas pela população rural do VRP e do potencial da ATER para promover a elevação da renda das famílias assistidas, a pergunta que norteia esta pesquisa é: a infraestrutura de ATER pública existente no VRP seria capaz de estimular o desenvolvimento socioeconômico da região?

Para responder essa pergunta, esse artigo tem como objetivo analisar as condições de infraestrutura relacionadas à Assistência Técnica e Extensão Rural nos municípios pertencentes ao Vale do Ribeira Paulista. Trata-se de uma pesquisa exploratória e inédita, que se dedicará a dois objetivos específicos: 1) compreender a trajetória das políticas públicas de fomento ao desenvolvimento rural no VRP; 2) identificar as especificidades de infraestrutura de ATER no VRP, sobretudo a situação das “casas de agricultura”.

Esse artigo está organizado em outras quatro seções. A seção 2 faz uma breve síntese sobre os estudos de infraestrutura. A seção 3 apresenta uma caracterização socioeconômica do VRP. A seção 4 traça o histórico de políticas públicas de extensão rural no VRP e aborda a situação das casas de agricultura. A seção 5 termina com as considerações finais, limitações da pesquisa, temas para estudos futuros e sugestões para políticas públicas.

2 INFRAESTRUTURA

Infraestruturas são comumente conhecidas por seus aspectos concretos, podendo ser definidas como a “parte inferior, geralmente invisível, de qualquer construção ou estrutura”, ou como o “conjunto de instalações, equipamento e serviços, geralmente públicos (...) que garantem o funcionamento de uma cidade¹”.

Do ponto de estritamente econômico, infraestruturas podem ser definidas como “um conjunto de ativos-base essencial para o desenvolvimento da atividade econômica” (Dávila-Fernández, 2015. p. 585).

No âmbito dos estudos sociais da ciência e tecnologia (ESCT), infraestruturas são concebidas como uma relação e nunca uma coisa e que, portanto, mais relevante do que definir “o quê”, é entender “quando” algo pode ser considerado uma infraestrutura (Star & Ruhleder, 1996). Mais do que um amálgama de aspectos técnicos, administrativos e financeiros (Larkin, 2013), infraestruturas conectam tempo, espaço e tecnologia (Edwards, 2003).

A presença das infraestruturas na vida cotidiana, sobretudo para os países do norte global, é naturalizada, de modo que só se costuma pensar sobre o tema quando há uma falha (*breakdown*) que afeta os fluxos que dela dependem. Neste contexto, elas servem para dar um senso de estabilidade ao cotidiano e possibilitar certo controle sobre o ambiente (Edwards, 2003).

Analisando em perspectiva histórica, nota-se que as infraestruturas cumprem um percurso não linear e complexo de origem, desenvolvimento, morte e substituição. Tais mudanças são fruto de alterações na própria sociedade, e por isso as infraestruturas devem ser tratadas não apenas a partir da tecnologia, mas como sistemas sociotécnicos (Edwards, 2003). Englobam, portanto, não apenas uma dimensão concreta, mas também o que não é tangível, como leis, regulamentos, cargos e estrutura organizacional. Há ainda escolhas feitas por gestores públicos que, em

¹ "infraestrutura", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/infraestrutura> [consultado em 17-06-2022].

última instância, determinam a maneira como uma política será, ou não, executada, e quais as populações serão atendidas. No campo dos ESCT, o tema das infraestruturas é analisado em um contexto de complexidade, rompendo com a ideia de uma suposta neutralidade da infraestrutura, justamente ao indicar os conflitos que permeiam a decisão sobre a construção, ou não, de determinadas infraestruturas, bem como seus aspectos não tangíveis, como o conhecimento e instituições.

Portanto, no caso da ATER, sua infraestrutura não é formada apenas pelos prédios, máquinas, veículos e equipamentos, mas também pelos profissionais (em geral, servidores públicos), legislação, normas e conhecimentos envolvidos no atendimento aos agricultores. Esta será a perspectiva de infraestrutura adotada nesta pesquisa.

Optou-se, no artigo, pela análise das “casas da agricultura” porque estas instituições, que tem sido foco de intensa disputa política nos últimos anos, se constituíram historicamente como uma referência para os pequenos agricultores que buscam por serviços de ATER pública nos municípios paulistas, especialmente naqueles mais vulneráveis economicamente, como é o caso do VRP.

3 CARACTERIZAÇÃO DO VALE DO RIBEIRA PAULISTA

O Vale do Ribeira Paulista (VRP) está localizado ao sul do Estado de São Paulo e faz divisa com o Paraná. Na parte paulista, a população total é de 334.767 habitantes². Não há um consenso sobre quais municípios formam o VRP³. Para as finalidades desta pesquisa será adotada a mesma classificação do Programa Vale do Futuro (IPT, 2020), política pública criada em 2019 pelo Governo do Estado com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico na região⁴, e que reúne ações para 22 municípios do VRP, a saber. Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape,

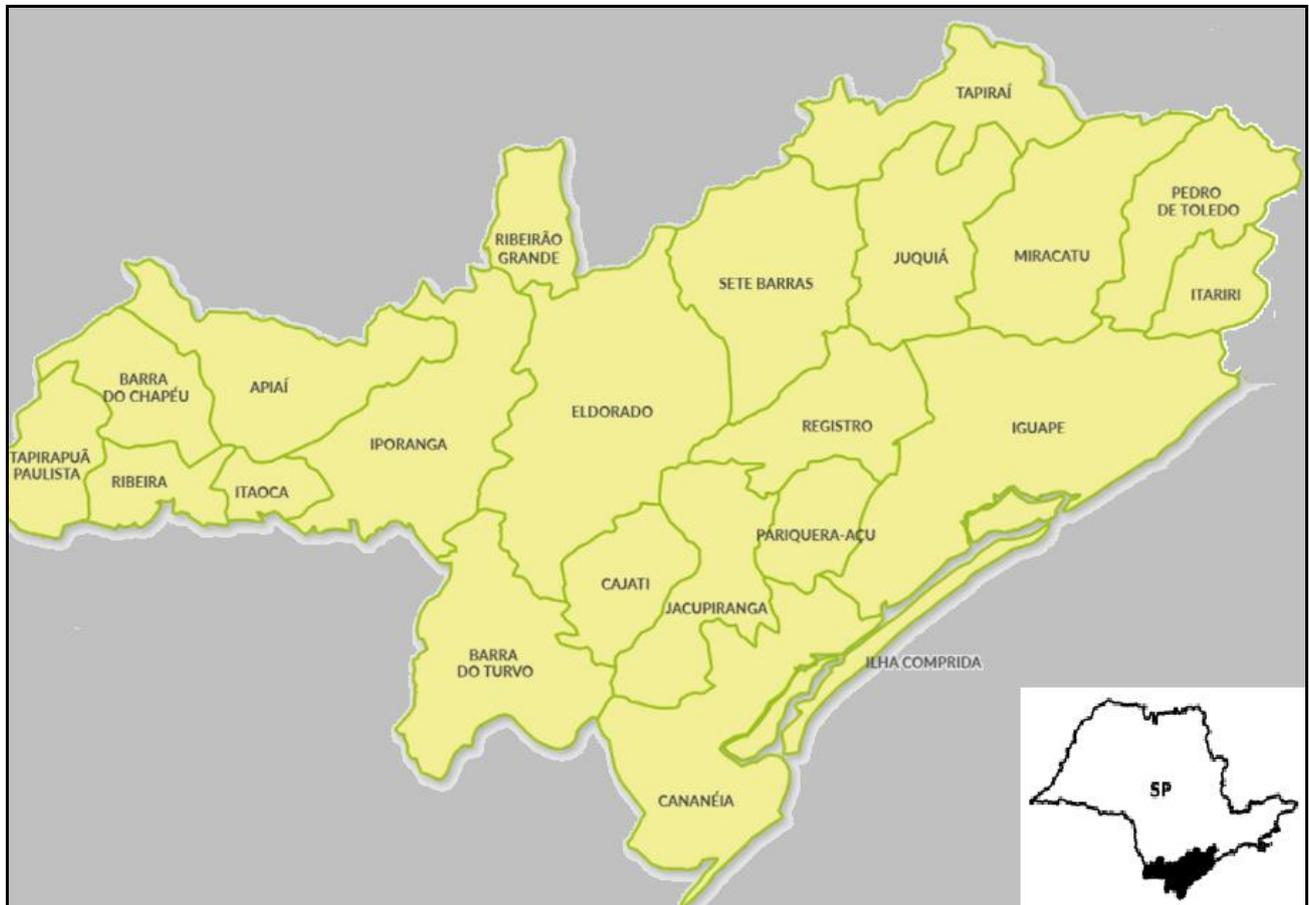
² Programa Vale do Futuro. Disponível em: https://www.valedofuturo.sp.gov.br/observatorio-de-indicadores/painel_indicadores.php Acesso em 13 julho 2021

³ Em estudo do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT, 2020), foram considerados 26 municípios no VRP. Para o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), seriam 25 as cidades da região (MDA, 2006).

⁴ Programa Vale do Futuro. Disponível em: <https://www.valedofuturo.sp.gov.br/> Acesso em 13 julho 2021.

Ilha Comprida, Iporanga, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Registro, Ribeira, Ribeirão Grande, Sete Barras e Tapiraí.

Figura 1 – Vale do Ribeira Paulista



Fonte: Governo do Estado de São Paulo/Secretaria de Desenvolvimento Econômico. (adaptado)

Disponível em: <https://www.desenvolvimentoeconomico.sp.gov.br/programas/vale-do-futuro/>
Acesso em 13 julho 2021

No VRP está a maior área de vegetação nativa remanescente de Mata Atlântica do país, o que justifica a presença de diversas unidades de proteção integral, como a Estação Ecológica Juréia-Itatins, o Parque Estadual da Caverna do Diabo e o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR). Há também a presença de comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas e de unidades de conservação de uso sustentável (Governo do Estado de São Paulo, 2014).

Por anos a região apresentou saldo migratório negativo, provavelmente pelas dificuldades à inserção produtiva da população economicamente ativa. A taxa de

urbanização de 69% está abaixo da média estadual, que é de 96%. Em algumas cidades, como Barra do Turvo e Barra do Chapéu, a população rural é maior que a urbana. A maioria das cidades da região apresenta vulnerabilidades socioeconômicas, como elevada taxa de mortalidade infantil e cobertura de esgotamento sanitário insuficiente (Governo do Estado de São Paulo, 2014).

O VRP concentra algumas das cidades com os menores índices de desenvolvimento humano municipal (IDHM) do Estado e, a despeito das primeiras iniciativas do poder público estadual para o desenvolvimento da região remeterem à década de 1960⁵, a pobreza segue sendo um fenômeno persistente. As 22 cidades apresentam IDHM abaixo da média do Estado de São Paulo (0,783), sendo Registro o município com maior IDHM da região (0,754). Dentre as 10 cidades paulistas com os piores IDHM, 3 estão localizadas no Vale do Ribeira (Barra do Turvo, Barra do Chapéu e Itapirapuã Paulista), conforme Tabela 1.

Tabela 1 – As 10 cidades paulistas com piores IDHM (2010)

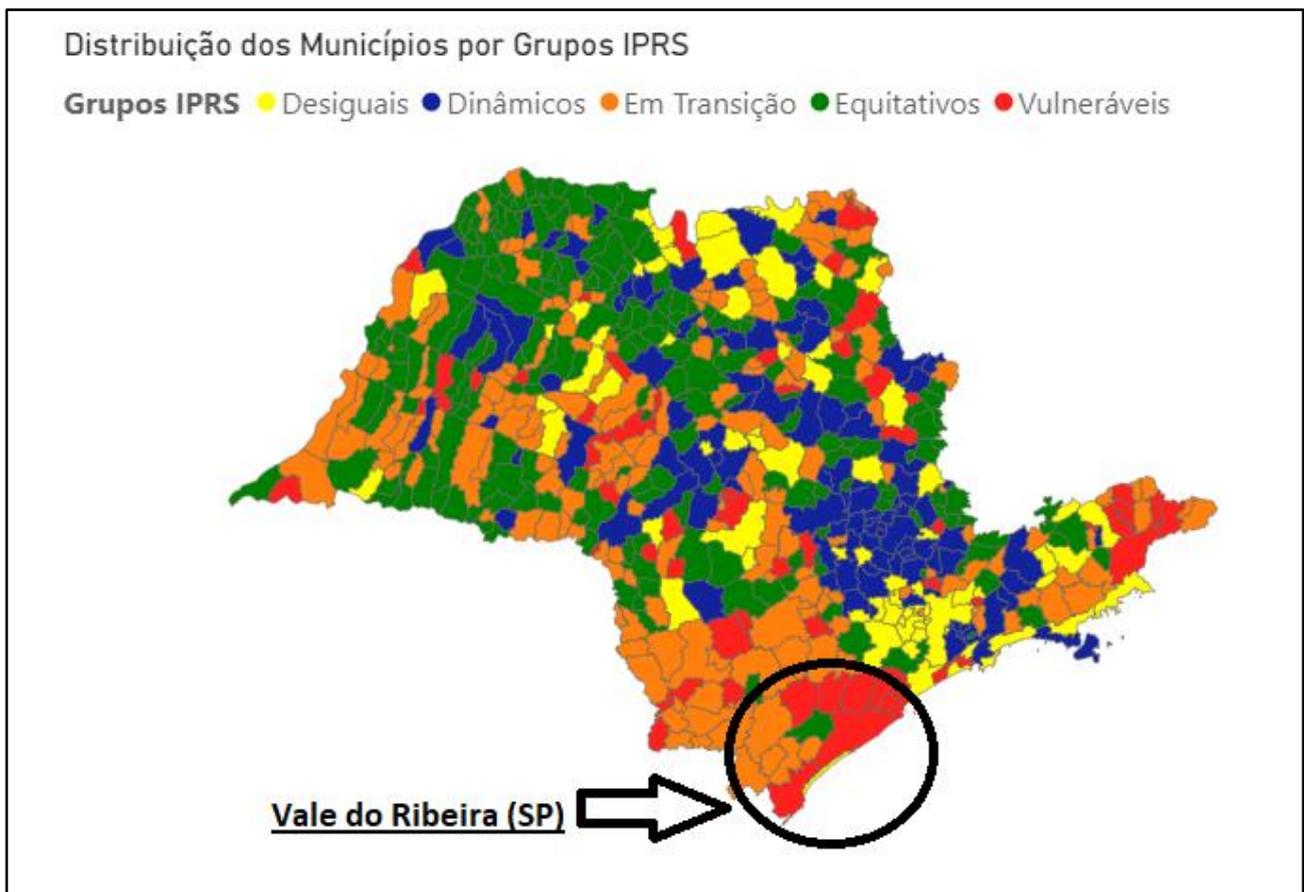
Posição	Município	Região Administrativa	IDHM
1	Ribeirão Branco (SP)	Registro	0,639
2	Barra do Turvo (SP)	Registro	0,641
3	Nova Campina (SP)	Itapeva	0,651
4	Natividade da Serra (SP)	São José dos Campos	0,655
5	Redenção da Serra (SP)	São José dos Campos	0,657
6	Barra do Chapéu (SP)	Registro	0,66
7	Bom Sucesso de Itararé (SP)	Itapeva	0,66
8	Itapirapuã Paulista (SP)	Registro	0,661
9	Riversul (SP)	Itapeva	0,664
10	Buri (SP)	Itapeva	0,667

Fonte: Elaborado com base em Atlas Brasil

⁵ Em 1960 foi criada a Comissão do Litoral, através do Decreto nº 36.280, de 16 de fevereiro de 1960, que tinha por objetivo a integração socioeconômica da região litorânea, incluindo o Vale do Ribeira (Governo do Estado de São Paulo, 1960).

A vulnerabilidade do VRP fica mais evidente a partir de outro indicador, o Índice Paulista de Responsabilidade Social⁶ (IPRS), da fundação SEADE, que avalia os seguintes aspectos: educação, saúde e geração de riqueza municipal. Em todo o Estado de São Paulo, O VRP é a região com maior concentração de municípios considerados vulneráveis, conforme mapa 2.

Figura 2 – Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) (2013)



Fonte: Fundação SEADE, 2013

As principais atividades econômicas da região são: comércio, agropecuária e serviços, concentrando 91,6% das unidades produtivas, no meio urbano e rural. No total, havia 6213 estabelecimentos ativos no VRP em 2019, dos quais 28,39% (1764) se dedicavam à atividade agropecuária (BRASIL, 2019). Portanto, é possível afirmar que a agropecuária ocupa um papel muito importante para a região, sendo a produção de

bananas e a criação de búfalos duas de suas principais atividades. No caso de alguns municípios, como Eldorado e Sete Barras, este é setor com o maior número de estabelecimentos, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Estabelecimentos do VRP, por setor de atividade

Município	Indústria	Construção civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Total
Apiáí	32	19	224	140	117	532
Barra do Chapéu	3	2	25	10	47	87
Barra do Turvo	3	2	27	18	17	67
Cajati	23	21	148	127	86	405
Cananeia	7	3	57	77	26	170
Eldorado	9	1	53	47	177	287
Iguape	20	5	182	116	49	372
Ilha Comprida	11	7	105	77	1	201
Iporanga	3	2	16	23	13	57
Itaoca	2	2	26	6	11	47
Itapirapua Paulista	1	0	25	16	40	82
Itariri	8	7	94	71	78	258
Jacupiranga	22	6	126	103	136	393
Juquiá	23	4	89	70	161	347
Miracatu	25	3	124	127	142	421
Pariquera-Acu	25	12	120	94	97	348
Pedro de Toledo	8	4	43	25	19	99
Registro	101	42	568	499	230	1440
Ribeira	4	0	19	17	22	62
Ribeirão Grande	32	19	224	140	117	532
Sete Barras	3	2	25	10	47	87
Tapirai	3	2	27	18	17	67
<i>Total</i>	<i>23</i>	<i>21</i>	<i>148</i>	<i>127</i>	<i>86</i>	<i>405</i>

Fonte: Elaborada a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, 2019)

A atividade agropecuária do VRP é marcada pela pequena propriedade rural e estrutura de trabalho familiar e, em geral, estas propriedades rurais empregam até quatro pessoas. Dos 1764 estabelecimento agropecuários registrados pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), em 2019, 68,65% empregam até 4 pessoas. Se incluirmos os que empregam até 9 pessoas, este número sobe para 86,62%, sendo raros os estabelecimentos que empregam mais do que 20 pessoas, o que pode ser verificado na Tabela 3.

Tabela 3 – Estabelecimentos do setor agropecuário no VRP, por pessoal empregado

Município	0	1 a 4	5 a 9	10 a 19	20 a 49
Apiai	32	40	20	12	9
Barra do Chapeu	12	20	6	4	3
Barra do Turvo	0	14	2	1	0
Cajati	7	34	18	22	2
Cananeia	0	15	10	0	0
Eldorado	28	90	29	28	1
Iguape	4	35	6	3	1
Ilha Comprida	0	1	0	0	0
Iporanga	4	6	2	1	0
Itaoca	3	8	0	0	0
Itapirapua Paulista	7	24	3	4	1
Itariri	15	41	14	6	2
Jacupiranga	12	69	25	22	7
Juquiá	17	110	25	7	2
Miracatu	17	96	20	5	3
Pariquera-Acu	8	51	22	12	1
Pedro de Toledo	2	12	1	3	1
Registro	18	132	53	18	9
Ribeira	4	14	2	1	0
Ribeirao Grande	4	9	4	4	1
Sete Barras	17	151	50	12	5
Tapirai	5	23	5	4	0
Total	216	995	317	169	48

Fonte: Elaborado com base na RAIS, 2019

As informações são coletadas pela RAIS, porém, apresentam um quadro subestimado da atividade agrícola na região, provavelmente pela existência de unidades produtivas que não estão contempladas pela pesquisa. Para uma análise mais completa é necessário recorrer ao Censo Agropecuário, realizado pelo IBGE, o que pode ser visto na Tabela 4.

Tabela 4 – Estabelecimentos atendidos por ATER no Vale do Ribeira

Município	Número de estabelecimentos	Assistência Técnica (%)	Agricultura Familiar (%)
Apiai	534	20,59	64,79
Barra do Chapeu	441	7,48	70,06
Barra do Turvo	547	30,53	63,07
Cajati	520	14,42	67,5
Cananeia	115	18,26	41,73
Eldorado	848	21,22	62,61
Iguape	476	20,37	67,43
Ilha Comprida	6	16,6	100
Iporanga	363	22,58	59,22
Itaoca	127	62,99	51,18
Itapirapua Paulista	310	9,03	50,64
Itariri	214	24,29	58,87
Jacupiranga	505	11,68	73,26
Juquia	376	21,27	57,18
Miracatu	675	21,03	71,4
Pariquera-Acu	321	23,98	70,71
Pedro de Toledo	183	31,14	57,92
Registro	627	24,72	52,95
Ribeira	208	28,84	60,09
Ribeirao Grande	331	22,05	73,41
Sete Barras	816	16,78	63,11
Tapirai	141	7,8	62,41
<i>Total</i>	<i>8684</i>		

Fonte: Elaborado a partir do Censo Agropecuário do IBGE (2017)

Nota-se a ocorrência de uma quantidade maior de estabelecimentos agropecuários, com predomínio da agricultura familiar. Outra questão importante é a baixa cobertura de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER), público ou privado. Uma vez que tais serviços têm potencial para impulsionar a produtividade e a renda de pequenos agricultores (Rocha Junior *et al.*, 2020), a baixa oferta de ATER pode justificar, em parte, a prevalência da pobreza na região. Conforme dados do Censo

Agropecuário (Tabela 4), a oferta de ATER para os produtores do VRP é inferior a 32% em todos os municípios, com exceção de Itaóca, cuja atividade de ATER atinge 62,99% dos produtores.

Tais achados são semelhantes com o que se vê em outras regiões brasileiras. De acordo com o último Censo Agropecuário (IBGE, 2017), apenas 20,1% dos pequenos produtores do país declararam ter acesso a algum tipo de assistência, valor menor do que o registrado pelo Censo de 2006, quando 22% disseram ter acesso a serviço de ATER (IBGE, 2019). Contudo, no caso paulista, chama atenção o contraste entre uma forte agricultura empresarial e dinâmica, de um lado, e as dificuldades encontradas pelos agricultores familiares, do outro.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL NO VRP

O VRP tem sido alvo de planos de desenvolvimento e ações governamentais mais ou menos organizadas desde a década de 1960, quando foi instituída a Comissão do Litoral (Decreto Estadual nº 36.280/60), com o objetivo de integrar economicamente a região litorânea, incluindo o Vale do Ribeira (Silva Junior, 2015). Em 1969 foi criada a SUDELPA (Superintendência para o Desenvolvimento do Litoral Paulista), cuja área de atuação incluía também o Vale do Ribeira e tinha por objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico da região. Contudo, as ações governamentais, como obras de infraestrutura e fomento agrícola, tenderam a favorecer a concentração de renda e desigualdade socioeconômica, deixando os pequenos produtores à margem do incipiente processo de integração econômica com o restante do Estado (Braga, 1999).

Políticas públicas voltadas exclusivamente para agricultores familiares na região, mesmo que de modo intermitente, datam de meados da década de 1980, durante o governo Franco Montoro (1983-1987). Desta fase, é possível destacar o Plano Diretor do Desenvolvimento Agrícola do Vale do Ribeira, instituído pelo Decreto Estadual N. 24125, de 16/10/1985 (Silva Junior, 2015). Após este curto período, já durante o

mandato de Orestes Quércia (1987/91), o governo estadual deixou de lado as políticas voltadas para os pequenos agricultores e, em 1992, a SUDELPA foi extinta (Silva Junior, 2015).

Paralelamente, ao abandono do planejamento estadual para a região houve o surgimento de instituições com atuação local, como o Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira (CODIVAR), criado em 1989, e organizações não governamentais, como o Instituto da Cidadania, que em 1995 elaborou o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira, de repercussão limitada.

Os primeiros anos do século XXI indicaram um renascimento das políticas voltadas aos pequenos agricultores, com protagonismo das ações elaboradas pelo Governo Federal. Entre 2001 e 2002, através do Programa Comunidade Ativa (PCA), houve uma primeira tentativa de integração de ações no âmbito federal e estadual na região do VRP. Contudo, em função de problemas relacionados ao repasse de recursos, as ações planejadas pelo PCA não foram executadas, mas houve um ganho significativo de aprendizagem para os agentes envolvidos, o que permitiu melhorar a organização dos moradores em torno de pautas importantes para região (Silva Junior, 2015).

A partir de 2003, com o início do primeiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2007), a pauta do desenvolvimento rural sustentável ganhou maior espaço no cenário nacional, resultando na criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e de políticas específicas voltadas para a agricultura familiar, dentre elas o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios (PRONAT). Uma das principais ações do plano era criar e implantar os Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (PTDS) em regiões com predominância de agricultores familiares e assentados de reforma agrária (CORRÊA, 2009).

A partir desta experiência inicial, em 2008, foi lançado o Programa Territórios da Cidadania (PTC), com a finalidade de atender regiões compostas por municípios com características semelhantes entre si, tais como: baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pouco dinamismo econômico, grande número de trabalhadores de

agricultura familiar e presença de famílias de pequenos agricultores assentados de reforma agrária (BRASIL, 2008).

O VRP foi uma das regiões contempladas pelo PTC. Entretanto, mesmo que a promoção de ATER estivesse dentre as ações previstas pelo programa (Brito, 2013), esta seguiu sendo uma dificuldade para os pequenos produtores da região do VRP, conforme indicado na Tabela 4. Parte dos obstáculos encontrados para a implantação do PTC se deu em função dos conflitos existentes entre os diversos grupos de interesse, que incluía, além dos entes federativos (Governo Federal, Estados, Municípios), ONGs, associações, produtores e moradores locais (Silva Junior, 2015).

No âmbito estadual, em 2019 foi lançado um plano intitulado “Vale do Futuro” com o objetivo de estimular o desenvolvimento sustentável do VRP. De acordo com o Governo do Estado, o programa conta com iniciativas em quatro eixos principais: emprego e renda, infraestrutura e sustentabilidade, qualidade de vida e gestão e governança. Dentre as principais ações estão a oferta de crédito subsidiado para empresas e microempreendedores, obras de pavimentação, melhoria no acesso à internet e cursos de capacitação. Não há registro de ações voltadas à melhoria dos serviços de ATER na região (ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS, 2022). Tal ausência possivelmente está relacionada às tentativas da gestão estadual em reduzir a infraestrutura física de ATER e impulsionar serviços de assistência técnica digital, que serão detalhadas mais adiante.

5 AS CASAS DE AGRICULTURA

As “casas da agricultura” como são conhecidas, são os escritórios de ATER vinculados à Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo e são parte da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). Tiveram sua origem a partir das “casas da lavoura”, que eram estabelecimentos ligados ao então Departamento de Produção Vegetal do Estado de São Paulo e cuja função era oferecer “orientação e assistência técnica aos lavradores”. (Governo do estado de São Paulo, 1949).

Esta rede de assistência do agricultor foi expandida ao longo da década de 1960, tendo por função apoiar aos agricultores, no nível municipal, em sete modalidades: assistência fitotécnica, sanitária vegetal, zootécnica, veterinária, conservacionista, socioeconômica, classificação e inspeção de produtos/insumos agrícolas e assistência protetora contra adversidades. Esta rede de atendimento alcançou, nos anos de 1960, 573 municípios paulistas, já com o nome de “casa da agricultura” (Governo do Estado de São Paulo, 1967b).

A CATI foi criada em 1967, (Governo do Estado de São Paulo, 1967a) para centralizar as políticas de ATER no âmbito do Governo do Estado de São Paulo. Em 1997, a CATI foi reorganizada pelo Decreto 41.608/97, que previa a existência de 645 casas da agricultura – uma para cada município paulista. Outras instituições, como o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) também prestam serviços pontuais de ATER, mas em escala e abrangência menor em comparação à CATI.

Em 2019, através do Decreto nº 64.131/19, a CATI teve sua denominação alterada com a criação da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS). Para além de uma alteração na nomenclatura, a mudança indicou uma profunda alteração na política de ATER pública do Estado com a tentativa de criação de um serviço de ATER Digital (BRASIL, 2020). Este novo serviço seria prestado através de atendimento remoto mediado por tecnologias da informação e comunicação (TIC). Tal iniciativa, que foi interpretada como o fechamento das casas da agricultura, encontrou considerável resistência por parte de pequenos agricultores e organizações ligadas à agricultura familiar, forçando o governo estadual a abandonar, ao menos temporariamente, a medida (Canal Rural, 2021).

Em 30 de dezembro de 2021, através do Decreto Estadual n. 66417/2021 (Governo do Estado de São Paulo, 2021), o Governo do Estado aprovou nova reestruturação da Secretaria da Agricultura, com a recriação da CATI. Contudo, houve uma redução para “até 300” a sessão técnica relacionada à coordenadoria (art. 23, inciso VI, alínea a). De acordo com a Associação Paulista de Extensão Rural – APAER,

isso significaria o fechamento de 345 casas da agricultura (APAER, 2021), o que é negado pelo governo estadual (Comprerural, 2022).

Diante desta questão é importante investigar qual a infraestrutura à disposição dos pequenos produtores nas casas da agricultura, e também se há condições infraestruturais para a adoção de uma ATER mediada por TIC. Tais questionamentos são relevantes sobretudo para as regiões menos desenvolvidas, como no VRP.

Para a análise da infraestrutura das casas da agricultura optou-se pelas variáveis a seguir: existência de escritório no município, servidores em atividade e veículos à disposição. Tais variáveis foram escolhidas porque a ATER costuma ser uma atividade que demanda a interação entre o agente extensionista e os agricultores, o que pode ocorrer tanto na casa da agricultura, como na propriedade rural.

Dos 22 municípios analisados, em dois (Ilha Comprida e Cajati) não há casa da agricultura. Os dados presentes na Tabela 5 indicam que na Ilha Comprida a atividade agropecuária é exercida por poucos estabelecimentos, o que explicaria a ausência de uma casa da agricultura. A mesma justificativa, porém, não se aplica à Cajati, onde há 580 estabelecimentos agrícolas, a maior parte voltada à agricultura familiar. Nesta cidade, a casa da agricultura é mantida pela prefeitura.

Exceção feita ao município de Registro, que é a principal cidade do Vale do Ribeira e que conta com o maior número de servidores e veículos da CATI na região, nos demais escritórios a situação é muito semelhante: inexistência ou poucos veículos à disposição e defasagem no quadro de funcionários. É importante ressaltar que a ATER é uma atividade que demanda a participação de equipes multidisciplinares, que geralmente contam com médicos veterinários, zootecnistas, técnicos agropecuários, engenheiros e agrônomos. Portanto, a existência da casa de agricultura não garante o adequado atendimento aos pequenos agricultores se não houver uma infraestrutura adequada para tal. É provável que essa carência infraestrutural contribua para a baixa cobertura de ATER na região, conforme indicado pelo Censo Agropecuário (Tabela 4). Uma análise

do orçamento da CATI (Tabela 6), desde 2006⁷, permite algumas considerações sobre a política pública de ATER que o Governo Estadual tem praticado na região.

Tabela 5 – Infraestrutura das Casas da Agricultura no VRP

Município	Regional CATI	Possui Casa da Agricultura	Quantidade Servidores	Veículos
Apiáí	Registro	Sim	1	0
Barra do Chapéu	Itapeva	Sim	Não tem	1
Cajati	Registro	Não	Não tem	0
Cananéia	Registro	Sim	1	0
Eldorado	Registro	Sim	2	1
Iguape	Registro	Sim	3	1
Ilha Comprida	Registro	Não	Não tem	0
Iporanga	Registro	Sim	1	1
Itaoca	Registro	Sim	Não tem	0
Itapirapuã Paulista	Itapeva	Sim	Não tem	0
Itariri	Registro	Sim	1	1
Jacupiranga	Registro	Sim	2	1
Juquiá	Registro	Sim	3	1
Miracatu	Registro	Sim	1	1
Pariquerá- Açú	Registro	Sim	3	2
Pedro de Toledo	Registro	Sim	1	0
Registro	Registro	Sim	17	6
Ribeira	Registro	Sim	1	0
Ribeirão Grande	Itapetininga	Sim	Não tem	1
Sete Barras	Registro	Sim	02	1
Tapiraí	Sorocaba	Sim	Não tem	0

Fonte: Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo (lei de acesso à informação)

Ao desagregar o orçamento da instituição, nota-se que aos valores gastos com investimentos para a execução de políticas de ATER tem se mantido em patamares reduzidos há quase uma década. Sem considerar os efeitos inflacionários do período, desde 2010 os investimentos na área ficaram abaixo do que o registrado no período entre 2006 e 2009.

⁷ O ano de 2006 foi utilizado como referência pela disponibilidade de dados. E no ano de 2019 o governo estadual alterou o nome da CATI para CDRS, o que teria impacto na lei orçamentária de 2020. Tal alteração dificultaria a comparação com o orçamento da CATI e por isso a opção por analisar os dados até este ano.

Tabela 6 – Orçamento da CATI (em R\$), período de 2006 – 2019⁸ (valores não deflacionados)

Ano	Valor	ATER nos Municípios	Pessoal Encargos sociais	Investimentos
2019	171.354.779	73.706.833	65.179.190	20
2018	232.183.275	73.252.857	69.144.391	100.010
2017	227.147.275	69.963.694	64.957.692	150.000
2016	232.745.328	72.449.578	67.394.087	50.000
2015	242.288.448	77.035.751	71.602.863	350.000
2014	257.302.114	75.012.385	70.389.942	349.177
2013	229.376.277	77.794.119	70.642.912	1.493.020
2012	169.531.180	59.511.542	53.180.433	339.010
2011	159.148.744	58.757.889	55.133.500	200.000
2010	150.585.708	55.393.303	52.964.090	198.106
2009	116.398.743	38.593.651	35.829.721	3.940.540
2008	114.165.876	35.522.167	32.769.206	4.917.423
2007	141.914.340	29.473.10	27.249.377	8.400.856
2006	127.681.971	29.401.613	27.343.767	4.851.522

Fonte: Governo do Estado de São Paulo (elaboração própria)

Outro aspecto relevante diz respeito à disponibilidade de servidores nos escritórios da CATI. De acordo com as informações da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, o último concurso realizado pela pasta aconteceu em 2017 e ofereceu cargos em diversos órgãos. Para a CATI foram ofertadas, inicialmente, 57 (cinquenta e sete) vagas de assistente agropecuário, 8 (oito) vagas de agente de apoio agropecuário, 07 (sete) vagas de auxiliar de apoio agropecuário, 2 (duas) vagas de oficial de apoio agropecuário e 3 (três) vagas de técnico de apoio agropecuário. Na distribuição inicial dos cargos, apenas Registro [técnico de apoio agropecuário (1) e

⁸ (1) Até o ano de 2007, a funcional 20606, programática 1307 4437 denominava-se "Implementação da ATER", e indicava o número de municípios atendidos. (2) A partir de 2008, a mesma funcional e programática passou a denominar o programa "Assistência aos municípios na implementação de planos de desenvolvimento sustentável".

assistente agropecuário - engenheiro agrônomo (1)], Cananéia [assistente agropecuário - zootecnista (1)] e Eldorado [assistente agropecuário - engenheiro agrônomo (1)] foram contempladas no VRP. No início de 2022, a Secretaria da Agricultura convocou os remanescentes deste concurso para a escolha de vagas. Pela CATI, a única cidade do VRP contemplada foi Registro, com 01 (uma) vagas de Técnico de Apoio Agropecuário e 01 (uma) vaga de Assistente Agropecuário - engenharia agrônômica.

Os dados permitem afirmar que, ao longo da última década, não houve por parte do governo estadual, sob a gestão do mesmo grupo político desde 1994 (PSDB), a adoção de políticas efetivas para a melhoria da ATER pública no VRP, o que pode ter influenciado negativamente as condições de vida dos pequenos produtores rurais. A redução no investimento estatal, baixa disponibilidade de veículos e a alocação insuficiente de servidores nos escritórios da CATI são indícios desta escolha política.

Diante deste quadro, e em um contexto em que se discute a adoção de um serviço de ATER digital, caberia indagar também sobre as condições de acesso à internet no meio rural, que é uma infraestrutura primordial para a adoção deste tipo de serviço.

Os dados da Tabela 7 indicam a precariedade do acesso à internet no meio rural das cidades do VRP, onde apenas Itaoca, Ribeirão Grande e Tapiraí tem que a cobertura de internet para mais de 50% das propriedades no meio rural. Tais indicadores estavam abaixo da média nacional que, em 2019, era de 57,8%, e expõe dificuldades infraestruturais que podem ser um obstáculo extra para que os agricultores familiares da região tenham acesso aos serviços de assistência técnica, caso seja implementado o modelo de ATER digital, colaborando, em última instância, para que a pobreza se perpetue entre esta parcela da população paulista. De acordo com o IBGE, entre 2019 e 2021, houve melhoria no acesso à internet no meio rural brasileiro. Contudo, uma análise mais detalhada destes avanços só será possível com o próximo censo agropecuário.

Tabela 7 – Acesso à internet em estabelecimentos rurais no VRP

Município	Estabelecimentos	Sim	Acesso à internet		
			%	Não	%
Apiáí	534	146	27,34	388	72,66
Barra do Chapéu	441	192	43,54	249	56,46
Barra do Turvo	547	174	31,81	373	68,19
Cajati	520	187	35,96	333	64,04
Cananeia	115	17	14,78	98	85,22
Eldorado	848	253	29,83	595	70,17
Iguape	476	111	23,32	365	76,68
Ilha Comprida	6	2	33,33	4	66,67
Iporanga	363	121	33,33	242	66,67
Itaoca	127	81	63,78	46	36,22
Itapirapua Paulista	310	26	8,39	284	91,61
Itariri	214	79	36,92	135	63,08
Jacupiranga	505	89	17,62	416	82,38
Juquia	376	95	25,27	281	74,73
Miracatu	675	141	20,89	534	79,11
Pariquera-Acu	321	139	43,30	182	56,70
Pedro de Toledo	183	55	30,05	128	69,95
Registro	627	242	38,60	385	61,40
Ribeira	208	28	13,46	180	86,54
Ribeirão Grande	331	207	62,54	124	37,46
Sete Barras	816	182	22,30	634	77,70
Tapirai	141	82	58,16	59	41,84
<i>Total</i>	<i>8684</i>				

Fonte: Elaborado a partir do Censo Agropecuário do IBGE (2017)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo analisou os serviços de ATER na região do VRP a partir das “casas da agricultura”, e o referencial teórico adotado foram os estudos de infraestrutura no âmbito dos ESCT. Dos 22 municípios estudados, em apenas dois (Cajati e Ilha Comprida) não há uma casa da agricultura.

De acordo com o referencial teórico proposto no artigo, é possível afirmar que no caso da ATER, sua infraestrutura não é formada apenas pelos prédios, máquinas, veículos e equipamentos, mas também pelos profissionais (em geral, servidores públicos), legislação, normas e conhecimentos envolvidos no atendimento aos agricultores. Os dados apresentados no artigo indicam que a carência infraestrutural no VRP vai além dos aspectos físicos observados em prédios e veículos, abrangendo

também o baixo número (ou ausência) de servidores especializados em ofícios fundamentais ao trabalho no campo, como agrônomos, técnicos agrícolas, veterinários e zootecnistas, dificultando o atendimento adequado aos pequenos agricultores e criando obstáculos à promoção do desenvolvimento rural sustentável na região.

Tal carência é condizente com a redução nos investimentos do governo estadual em ATER, especialmente a partir de 2010, e com a política de contratação de servidores para Secretaria da Agricultura, que tem destinado poucas vagas em postos de trabalho da CATI para o VRP. Tais achados são um indício de que esta pauta não é vista como importante para o grupo político que governou o estado de São Paulo entre 1994 e 2022 (PSDB). Este grupo buscou meios para viabilizar um serviço público de ATER digital, o que reduziria a importância das casas da agricultura. Tal política tem enfrentado a resistência por parte dos pequenos produtores e associações ligadas à agricultura familiar.

Diante da pretensão do Governo do Estado de implantar um serviço de ATER digital, coube indagar sobre as condições de acesso à internet em estabelecimentos rurais no VRP. Os dados do último censo agropecuário indicam que os estabelecimentos rurais da região apresentam índices de cobertura abaixo da média nacional. Embora exista a tendência de expansão dos serviços de telefonia móvel no país, parece evidente que a adoção de tal política criará obstáculos para os pequenos produtores, seja pelos obstáculos ao acesso em função da ausência ou baixa qualidade da conexão com a internet, seja pela dificuldade em receber orientações para uma atividade que é sobretudo prática, como é o caso da agricultura familiar.

Em resposta à pergunta da pesquisa, parece evidente também que a infraestrutura de ATER pública existente no VRP no momento não é capaz de estimular o desenvolvimento socioeconômico da região, sobretudo pela precarização no atendimento oferecido, conforme revelado pelo Censo Agropecuário.

A pesquisa apresenta algumas limitações. Parte das informações socioeconômicas utilizadas foram extraídas do Censo Agropecuário de 2017 e não acusam, por exemplo, os avanços no acesso à internet via telefonia móvel no período.

As informações sobre o orçamento da CATI também foram prejudicadas quando a mesma foi transformada em CDRS e, dois anos depois, novamente em CATI, de modo que não foi possível encontrar os dados para 2020 e 2021.

Estudos futuros poderiam expandir a análise para outros municípios paulistas de baixo desenvolvimento socioeconômico e com importante participação da agricultura familiar.

Por fim, como proposta de política pública, o fortalecimento da ATER é um fator decisivo para o desenvolvimento socioeconômico do VRP. Diante das dificuldades infraestruturais existentes, fica evidente a necessidade de elevação dos investimentos e fortalecimento das casas da agricultura por parte do Governo do Estado, o que não excluiria a adoção de serviços digitais que possam também atender os pequenos agricultores. Contudo, a simples adoção de uma ATER digital sem o fortalecimento das casas da agricultura não resolverá o problema dos pequenos agricultores do VRP. Sem uma alteração nas políticas de ATER para a região, o desenvolvimento socioeconômico sustentável do VRP seguirá encontrando diversos obstáculos à sua concretização.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS. **Programa Vale do Futuro transforma a realidade do Vale do Ribeira**. APAULISTA, 2022. Disponível em: <https://www.apaulista.org.br/em-dois-anos-programa-vale-do-futuro-transforma-a-realidade-do-vale-do-ribeira/>. Acesso em: 26 set. 2022.

APAER. **Estado fecha 345 Casas da Agricultura e promove inchaço de cargos comissionados**. APAER, 2021. Disponível em: <https://www.apaer.org.br/post/estado-fecha-345-casas-da-agricultura-e-promove-inchaço-de-cargos-comissionados>. Acesso em 26 set. 2022.

AZEVEDO, D. C. de; BURLANDY, L. Política de combate à pobreza no Brasil, concepções e estratégias. **Revista Katálysis**, v. 13, n. 2, p. 201–209, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802010000200007>

BRAGA, R. Raízes da questão regional no Estado de São Paulo: considerações sobre o Vale do Ribeira. **GEOGRAFIA**, Rio Claro, v. 24, n.3, p. 43-68, dezembro, 1999.

BRASIL. Decreto de 25 de fevereiro de 2008. Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 fev. 2008. Seção 1, p. 1.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Programa Ater Digital**, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mda/programa-ater-digital>. Acesso em: 26 set. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**, 2019.

BASTOS, T. R. Fim do MDA é golpe para a agricultura familiar, diz presidente da Contag. **Revista Globo Rural**, 2016. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Politica/noticia/2016/05/fim-do-mda-e-golpe-para-agricultura-familiar-diz-presidente-da-contag.html>. Acesso em: 24 jul. 2021.

BRITO, A. V. C. **O Programa Territórios da Cidadania e o desenvolvimento rural sustentável**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Departamento de Economia Agrícola, Programa de Pós-Graduação em Economia Rural, Fortaleza, 2013.

CANAL RURAL. **Entidade do agro de SP quer que novo secretário reabra Casas da Agricultura**. Canal Rural, 2021. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/associacao-paulista-revisao-fechamento-casas-da-agricultura/> Acesso em 24 jul. 2021.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CASTRO, C. N. de. Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**. N. 12. Jul./Dez., 2015.

COMPRERURAL. **Secretaria da Agricultura nega o fechamento das Casas de Agricultura, em resposta à APAER**. COMPRERURAL, 2022. Disponível em: https://www.comprerural.com/_trashed-4/. Acesso em 28 set. 2022.

CORRÊA, V. P. Desenvolvimento territorial e a implantação de políticas públicas brasileiras vinculadas a esta perspectiva. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, nº 3, IPEA, 2009.

DANIEL, L. P. Urbanização da pobreza extrema no Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, n. v.22, n. 44, 2020.

DÁVILA-FERNÁNDEZ, M. J. Desindustrialização e o investimento em infraestrutura como instrumento conciliador de uma política industrial base no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 3, p. 585, set. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-31572015v35n03a11>

DIAS, M. M. Políticas públicas de extensão rural e inovações conceituais: limites e potencialidades. **Perspectivas Em Políticas Públicas**, 1(1), 101–114, 2008. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/986>.

DIESEL, V.; DIAS, M.M.; NEUMANN, P. S. **PNATER (2004-2014): da concepção à materialização**. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. p. 107-128.

EDWARDS, Paul N. 2003. "Infrastructure and Modernity: Force, Time, and Social Organization in the History of Sociotechnical Systems". In **Modernity and Technology**, edited by T. J. Misa, P. Brey and A. Feenberg, 185–226. Cambridge: Mass: MIT Press.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. Paz e Terra. 7ª ed., 1983.

FREITAS, C. O.; SILVA, F. A. **A extensão rural contribui para a redução da pobreza? Evidências para o Brasil rural**. Encontro da Associação Brasileira de Estudos Regionais (Enaber), 2019. Disponível em: https://brsa.org.br/wp-content/uploads/wpcf7-submissions/1309/Artigo-pobreza_IDENTIFICADO.pdf. Acesso em: 28 julho 2021.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Decreto nº 18458, de 14 de janeiro de 1949**. Aprova o Regimento do Departamento de Produção Vegetal, 1949. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1949/decreto-18458-14.01.1949.html>. Acesso em: 28 set. 2022[CdP1].

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Decreto nº 36.280, de 16 de fevereiro de 1960**. Dispõe sobre a criação da Comissão do Litoral do Estado, 1960. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1960/decreto-36280-16.02.1960.html>. Acesso em: 14 jul. 2021.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Decreto nº 48.133, de 20 DE junho de 1967**. Dispõe sobre a Estrutura Funcional e Medidas para Reforma administrativa da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, 1967a. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1967/decreto-48133-20.06.1967.html>. Acesso em: 28 set. 2022[CdP2].

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Decreto nº 49.166, de 29 de dezembro de 1967**. Dispõe sobre a organização da Rede Assistencial do Sistema Paulista de Assistência à Agricultura, 1967b. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1967/decreto-49166-29.12.1967.html>. Acesso em: 28 set. 2022[CdP3].

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Decreto nº 41.608, de 24 de fevereiro de 1997**. Dispõe sobre a reorganização da Assistência Técnica Integral (CATI), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e dá providências correlatas, 1997. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1997/decreto-41608-24.02.1997.html>. Acesso em: 28 set. 2022.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Decreto nº 64.131, de 11 DE março de 2019**. Altera a denominação da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), e dá providências correlatas, 2019. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2019/decreto-64131-11.03.2019.html>. Acesso em: 28 set. 2022.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Zoneamento ecológico-econômico do setor costeiro do Vale do Ribeira**. Documento para Audiência Pública. São Paulo, 2014. Disponível em: http://arquivo.ambiente.sp.gov.br/cpla/2018/05/proposta_zee_-valedoribeira_2014.pdf Acesso em: 17 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário**, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agro 2017: população ocupada nos estabelecimentos agropecuários cai 8,8%**. Agência de notícias IBGE, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuarios-cai-8-8>. Acesso em: 28 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Internet já é acessível em 90% dos domicílios do país em 2021**. Agência de notícias IBGE, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34954-internet-ja-e-acessivel-em-90-0-dos-domicilios-do-pais-em-2021#:~:text=Na%20C3%A1rea%20rural%2C%20a%20propor%C3%A7%C3%A3o,com%20acesso%20C3%A0%20grande%20rede> Acesso em 04 out. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS (IPT). **Elaboração do plano de desenvolvimento sustentável para o Vale do Ribeira**. São Paulo, 2020.

LARKIN, B. The Politics and Poetics of Infrastructure. **Annual Review of Anthropology**, v. 42, n. 1, p. 327–343, 21 out. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev-anthro-092412-155522>

ROCHA JUNIOR, A. B.; SILVA, R. O. da; PETERLE NETO, W.; RODRIGUES, C. T.. Efeito da utilização de assistência técnica sobre a renda de produtores familiares do Brasil no ano de 2014. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n. 2, p. e194371, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.194371>

SILVA JUNIOR, J. A. **Desafios e perspectivas do programa territórios da cidadania: o caso do território da cidadania Vale do Ribeira – SP**. Dissertação. Instituto de Energia e Ambiente, USP. São Paulo, 2015. DOI: [10.11606/D.106.2015.tde-27072015-204710](https://doi.org/10.11606/D.106.2015.tde-27072015-204710)

SILVA, K. R. DA; BERGAMASCO, S. M. P. P.; SOUZA-ESQUERDO, V. F. de. Assistência técnica e extensão rural no Vale do Ribeira paranaense. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 6, n. 2, p. 103, 26 mar. 2019.

STAR, S. L.; RUHLER, K. Steps Toward an Ecology of Infrastructure: Design and Access for Large Information Spaces. **Information Systems Research**, v. 7, n. 1, p. 111–134, mar. 1996.

[cdP4] **CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA**

1 – Nilton Pereira dos Santos

Doutorando em Economia (Unesp), Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), área: gestão, campus Pirituba.

<https://orcid.org/0000-0002-2173-6741> • nilton.pereira@ifsp.edu.br

Contribuição: Conceituação, Escrita – revisão e edição.

2 – Eduardo Avancchi Dionisio

Doutor em Política Científica e Tecnológica (Unicamp), Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), área: gestão, campus Caraguatatuba.

<https://orcid.org/0000-0001-5301-9301> • avancchi.eduardo@gmail.com

Contribuição: Revisão.

Como citar este artigo

SANTOS, N. P. DOS; DIONISIO, E. A. Infraestrutura dos serviços de assistência técnica e extensão rural no estado de São Paulo: o caso do Vale do Ribeira. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 30, e72073, p. 1-29, 2023. DOI 10.5902/2318179672073. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2318179672073>. Acesso em: dia mês abreviado. ano.